

Estudo analisa futuro da economia

GAZETA MERCANTIL

Brasil

por Guilherme Barros
do Rio

A crise de demanda que o País viveu no ano passado só voltará a ser repetida no final desta década, ou no inicio dos anos 90, conforme estudo elaborado pelos economistas Eduardo Modianio e Winston Fritsch, ambos professores da PUC-RJ. Este trabalho foi apresentado por Fritsch no dia 4 passado no seminário "Brasil em Transição", realizado no Selwyn College Cambridge, na Inglaterra.

RIO

ra, durante o encontro nacional da Society of Latin America Studies.

O trabalho, denominado "Economia Brasileira — Uma Perspectiva de Longo Prazo", mostra que as restrições externas que o Brasil enfrentará até o fim dessa década farão com que o crescimento da economia seja inferior às taxas históricas de 7%, para retomar este nível de expansão somente a partir da década de 90.

Os dois economistas tra-

çaram, em suas previsões, três cenários para a economia: um mantendo o atual "status quo", outro idealizando um novo milagre econômico e o terceiro enfocando a opção social.

O cenário I, supondo a manutenção do "status quo", os gastos do governo estabilizam-se 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no longo prazo, representando um ligeiro declínio em relação a 1986, e a participação dos salários permanece no nível de 36% alcançado em 1987, refletindo uma queda do salário real médio de 5% em relação a 1986. Além disso, a baixa taxa de eficiência do investimento perpetua-se até o ano 2000.

Neste cenário, a economia cresce de 1988 a 1990 aproveitando a capacidade ociosa gerada em 1987 e o modesto aumento da capacidade instalada proporcionada pelos baixos investimentos do período recente.

O comportamento da economia neste cenário é fortemente influenciado pelas restrições externas. Apesar de a poupança doméstica situar-se em 20,6% do PIB, a transferência de recursos reais para o exterior implicará redução entre 2,6 e 3,6% do PIB nos recursos disponíveis para financiar o investimento. Com isso, a taxa de investimento se estabilizará no patamar de 17 a 18% do PIB, insuficiente para permitir a retomada do crescimento histórico da economia.

O estudo conclui neste cenário que a melhora do setor externo não afeta sensivelmente o comportamento de longo prazo, adverso em relação à recuperação da poupança doméstica. Ao contrário, observa o estudo, verifica-se que o aproveitamento a curto prazo

de todo o espaço aberto para o crescimento pela folga na restrição externa poderia representar, inclusive, algum sacrifício ao crescimento futuro.

No cenário, supondo a reedição do milagre econômico, o estudo leva em conta a recuperação da poupança pública através do aumento da carga fiscal que permita retomar a taxa de investimento comparável a que foi experimentada pela economia em meados da década de 70. Eles trabalham com a hipótese de, através de uma reforma fiscal, a receita de impostos do governo se elevar gradualmente até atingir 13% do PIB em 1990, o que se aproxima da média de 1974 a 1980.

Condições mais favoráveis da economia internacional são indispensáveis para a recuperação da capacidade de poupança. Mesmo considerando-se resultados otimistas com o cenário internacional, a economia brasileira sustentaria um crescimento da ordem de 6,6% ao ano até o ano 2000.

No cenário III, da opção social, o estudo trabalha com a hipótese de que o governo pratique, a partir de 1988, uma política graduada de aumento da participação dos salários na renda e de elevação do gasto social. A participação dos salários na renda subiria de 36 para 40% e de um aumento social do gasto social em 2% do PIB até 1990. No que tange a dívida externa, ela cresce em termos nominais até 1991. Neste cenário, apesar de aumentar os gastos sociais do governo, o crescimento do PIB no longo prazo tenderia a se estabilizar numa taxa de 4,3% ao ano, inferior ao resultado dos dois cenários anteriores.